



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Recuperação Como Custo em Óleo e Regras do Consórcio

Olavo Bentes David – Consultor Jurídico da PPSA

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2019

Tópicos

- **Introdução**

- ✓ Pluralidade normativa

- **Recuperação como Custo em Óleo**

- ✓ Conceito e condições gerais.
- ✓ Compensação devida pelos Contratados à Petrobras.
- ✓ Gastos incorridos pela Cessionária antes da Data Efetiva do Acordo de Coparticipação.
- ✓ Gastos decorrentes da contratação de Bens e Serviços pela Cessionária no âmbito do Contrato de Cessão Onerosa.

- **Regras do Consórcio**

- ✓ Inclusão de regras regimentais.
- ✓ Outras Alterações

Introdução

Pluralidade normativa

Normas Aplicáveis



- **Resolução CNPE nº 02/2019 (alterada pela Resolução CNPE nº 13/2019):**

Estabelece as diretrizes para a realização da licitação dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa em regime de Partilha de Produção.

- **Resolução CNPE nº 06/2013 (alterada pela Resolução CNPE nº 08/2019 e pela Resolução CNPE nº 20/2019):**

Aprova os parâmetros técnicos e econômicos da Rodada de Licitação em regime de Partilha de Produção dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa.

Prevê a possibilidade de pagamento do Bônus de Assinatura em duas parcelas, com postergação da data de celebração do Contrato de Partilha de Produção.

- **Portaria MME nº 213/2019 (alterada pela Portaria MME nº 251/2019):**

Estipula diretrizes para o cálculo da Compensação devida à Petrobras pelos investimentos realizados nas áreas objeto do Contrato de Partilha de Produção dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa.

- **Portaria MME nº 265/2019:**

Determina as regras do Acordo de Coparticipação.

- **Edital de Licitação:**

Prevê que o pagamento antecipado da Compensação não pode ser em montante superior ao necessário para manter a estimativa de fluxo de receitas que a Petrobras perceberia, em cada período, em razão da execução do Contrato de Cessão Onerosa sem a celebração do Contrato de Partilha de produção, resguardado acordo entre as Partes.

Prevê que o Acordo de Coparticipação entre as Partes, com a interveniência anuência da PPSA, deverá ser negociado independentemente da assinatura do Contrato de Partilha de Produção.

Recuperação como Custo em Óleo

Conceito e Condições Gerais

Conceito

- Inciso II do art. 2º da Lei nº 12.351/2010:

*“Custo em Óleo: **parcela da produção** de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, exigível unicamente em caso de descoberta comercial, correspondente aos **custos e investimentos realizados pelo contratado na execução das atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações**, sujeita a limites, prazos e condições estabelecidos em contrato.”*

- Prescrições Contratuais
 - ✓ Lista **exaustiva** de gastos não reconhecíveis como Custo em Óleo.
 - Ex: Participações Governamentais, P&D&I, custas judiciais, arbitrais e periciais, multas, comercialização de hidrocarbonetos, prêmios de *sole risk*.
 - ✓ Lista **exemplificativa** de gastos reconhecíveis como Custo em Óleo.
 - Gastos em E&P, inclusive *overhead* (gastos que não sejam facilmente identificáveis e não sejam diretamente associados às Operações).

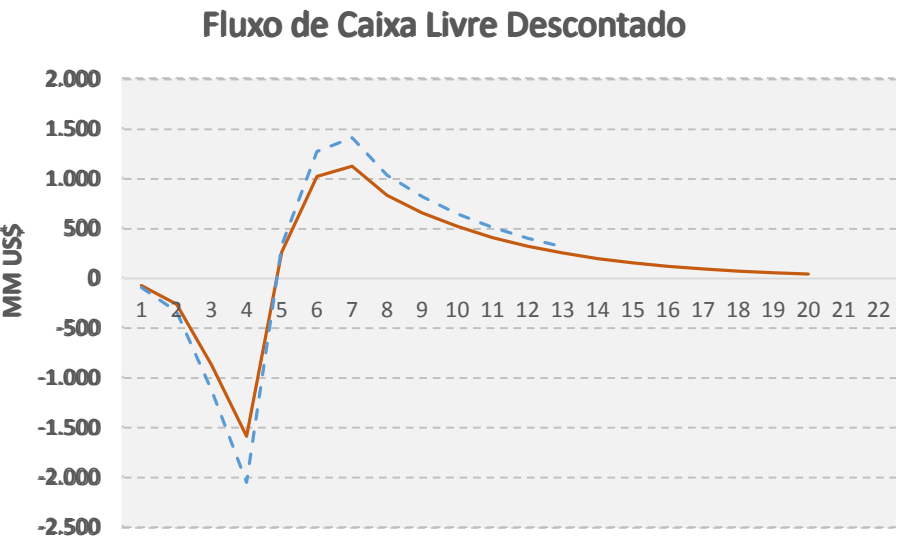
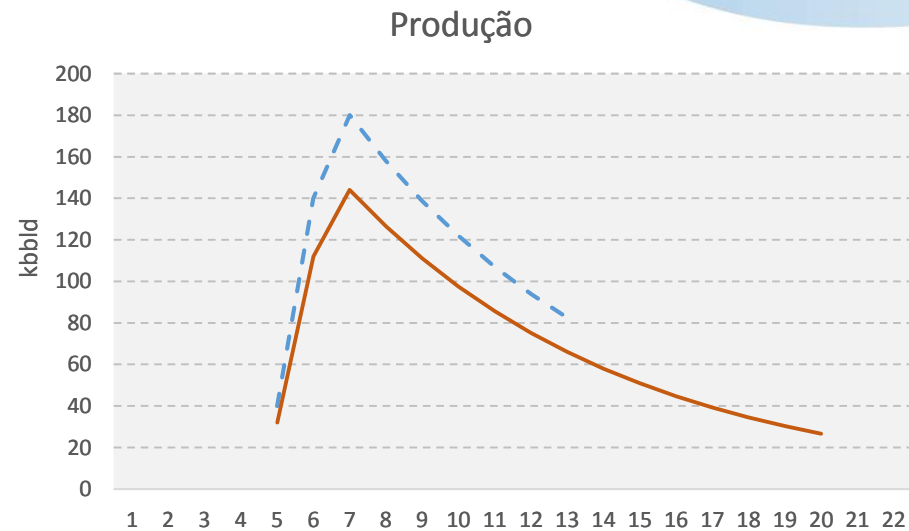
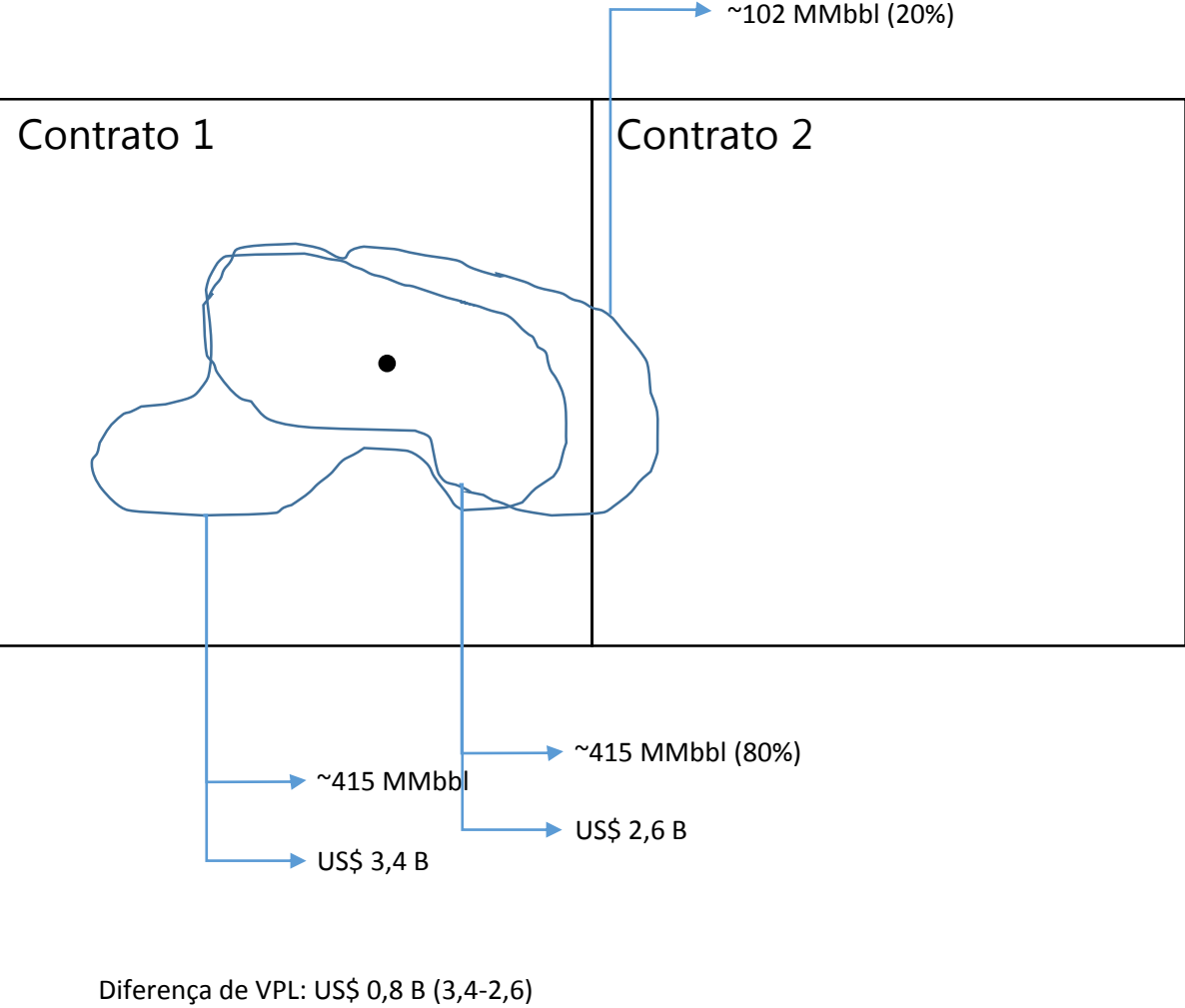
- Cláusula Quinta do CPPVECO: Recuperação como Custo em Óleo
 - ✓ Direito à recuperação como Custo em Óleo consuma-se com a Produção do excedente da Cessão Onerosa (já há Descoberta Comercial).
 - ✓ Necessária de prévia autorização do Comitê Operacional, a não ser que aprovação seja dispensada pelo CPPVECO.
 - Exceções:
 - Gastos diretamente relacionados à aquisição de dados e informações de G&G e licenças, autorizações e permissões governamentais (necessidade de ratificação do Comitê Operacional).
 - Compensação à Cessionária, conforme metodologia da Portaria MME nº 213/2019 (prescinde da ratificação do Comitê Operacional, bastando a aprovação do Acordo de Participação).

- Anexo V do CPPVECO: Procedimento para Apuração do Custo e do Excedente em Óleo
 - ✓ Inclusão da Compensação entre os gastos recuperáveis como Custo em Óleo.
 - ✓ Overhead fixo em 1% (só há Fase de Produção).
 - ✓ Exclusão da possibilidade de a Gestora glosar gastos entre o reconhecimento como Custo em Óleo e a Auditoria do Custo e do Excedente em Óleo.
 - ✓ Limite de Recuperação como Custo em Óleo (Anexo VI): 80% do Valor Bruto da Produção do Contrato de Partilha de Produção.

Recuperação como Custo em Óleo

*Compensação devida pelos
Contratados à Petrobras*

O Excedente da Cessão Onerosa



Compensação Devida à Petrobras



- **Compensação:**

Diferença entre os VPLs correspondentes ao Plano de Desenvolvimento parcial (o que seria implantado caso não houvesse a contratação dos volumes excedentes aos da Cessão Onerosa) e ao Plano de Desenvolvimento Global (o que será implantado considerando a contratação dos volumes excedentes aos da Cessão Onerosa).

A Compensação é um conceito eminentemente financeiro. Como recuperá-la como Custo em Óleo?

- **Custo em Óleo:**

Volume da Produção de Petróleo e Gás Natural, exigível apenas em caso de Descoberta Comercial, que corresponde aos gastos realizados pelo Contratado na execução das atividades de Exploração e Produção em regime de Partilha de Produção. (Inciso II do art. 2º da Lei nº 12.351/2010).

Compensação Devida à Petrobras



- Compensação:

Contrapartida devida pelos Contratados à Petrobras pela aquisição da propriedade parcial dos ativos da Cessão Onerosa de forma proporcional a sua Participação conforme definida no Acordo de Coparticipação.

A compensação é um gasto em E&P cujo valor (precificação) é a diferença entre os VPLs.

- § 1º do art. 3º da Portaria MME nº 213/2019 (alterada pela Portaria MME nº 251/2019):

*“Os valores da compensação de que trata o caput **serão reconhecidos** como Custo em Óleo na data de transferência da propriedade dos ativos.”*

- É similar, mas não se confunde com M&A (Cessão de Direitos), pois se trata de aquisição originária da titularidade de direitos de E&P.
- E se a Petrobras for um dos novos Contratados?
 - Sem impacto na recuperação da Compensação como Custo em Óleo.
 - Confusão só extingue a obrigação entre o credor e o devedor que se confundem.

Recuperação como Custo em Óleo

*Recuperação de Gastos anteriores à
Data Efetiva do ACP*

Gastos incorridos pela Cessionária antes da Data Efetiva do Acordo de Coparticipação

- A Data Efetiva do ACP é a data de referência para o desconto dos fluxos de caixa utilizados para o cálculo da Compensação (alteração promovida pela Resolução CNPE nº 13/2019 e Portaria MME nº 251/2019).
- Razão da alteração: impossibilidade de equalização dos volumes produzidos pela Cessionária entre a data da assinatura do CPP e a Data Efetiva do ACP.
- Gastos havidos antes da Data Efetiva do ACP são considerados no cálculo da Compensação e são reconhecidos como Custo em Óleo na rubrica “Compensação”.

Não há, portanto, reconhecimento individual de gastos incorridos antes da Data Efetiva do ACP.

Recuperação como Custo em Óleo

Recuperação de Gastos decorrentes de contratações de bens e serviços realizados pela Cessionária

Gastos decorrentes de contratações de bens e serviços realizadas pela Cessionária

Minuta CPPVECO, parágrafo 3.27.1 do anexo VIII: estipula as condições para adesão a contratos de fornecimento de bens e serviços (procedimentos extraordinários de contratação):

- a) comprovação da impossibilidade de adoção de procedimentos ordinários (competitivos) de contratação; e
- b) comprovação da competitividade dos preços praticados.

Problema: contratações teriam que se submeter aos ônus contratualmente previstos, inclusive em relação à comprovação da competitividade de preços praticados há vários anos.

Paralelo com as unitizações envolvendo Áreas não Contratadas.

Gastos decorrentes de contratações de bens e serviços realizadas pela Cessionária

- **Art. 15 da Portaria MME 265/2019 (Acordo de Coparticipação):**

“A adesão às contratações de bens e serviços em regime de Cessão Onerosa seguirão as regras dos Contratos de Partilha de Produção, restando presumida a competitividade dos preços praticados.”

- **Minuta CPPVECO, parágrafo 3.27.4 do Anexo VIII:**

“Os contratos de fornecimento de bens e serviços celebrados pela Cessionária antes da assinatura deste Contrato ficam sujeitos às regras dos procedimentos extraordinários nos termos da alínea ‘a’ do parágrafo 3.6, restando presumida a competitividade dos preços praticados na forma do art. 15 da Portaria MME nº 265/2019.”

Regras do Consórcio

Inclusão de regras regimentais

Regras Regimentais

- Sistemática das reuniões do Comitê Operacional
 - ✓ Notificações e prazos.
 - ✓ Local de realização (escritório central da PPSA – Rio de Janeiro).
- Votação
 - ✓ Prazo de 15 dias corridos ou 48 horas, conforme o caso.
 - ✓ Interrupção e devolução de prazo no caso de solicitação de informações adicionais.
- Regras para adoção do procedimento especial de contratação

Regras Regimentais

- *Secondments*
 - ✓ Gastos reconhecíveis como Custo em Óleo
 - ✓ HH limitado ao da tabela do Operador
- *Sole Risk*
 - ✓ Possibilidade de execução de Operações com Risco Exclusivo caso a Gestora seja a única Consorciada contrária à sua aprovação.
- Sistemática Recursal
 - ✓ Contra atos comissivos ou omissivos da Gestora (ex: atraso no reconhecimento como Custo em Óleo)
 - ✓ Duas instâncias: autoridade prolatora e Diretoria Executiva

Regras do Consórcio

Outras alterações

Outras Alterações

- Adequações na Tabela de Deliberações
- Limitação de Responsabilidade do Operador
 - ✓ Exclusão de danos ambientais e indiretos da responsabilidade exclusiva do Operador em caso de dolo ou culpa grave.
- Contratação de Bens e Serviços
 - ✓ Procedimento B com menos de 3 fornecedores: disponibilização da lista e possibilidade de indicação por parte dos demais Consorciados.
 - ✓ Inclusão de fornecedor exclusivo como hipótese de aplicação de procedimento extraordinário de contratação (prescinde da comprovação da impossibilidade de licitar).
 - ✓ Aditamentos: seguem a regra das contratações. Possibilidade de aditamentos de até 25% do valor contratado sem prévia aprovação do Comitê Operacional.



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Obrigado pela atenção

olavo.david@ppsa.gov.br